

Assinado o grande acordo da dívida

Numa cerimônia marcada pelo interrogatório da Imprensa sobre a efetividade do acordo brasileiro para a dívida, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e o presidente do comitê dos bancos credores, William Rhodes, assinaram ontem em Nova York o pacote de renegociação da dívida brasileira. Por ele, o Brasil passará a receber créditos no valor de US\$ 5,2 bilhões, a partir do próximo mês, em sua maior parte destinados a cobrir os juros devidos do ano passado.

O ministro Maílson declarou sua confiança quanto à ratificação pelo Congresso brasileiro do pacote assinado ontem. Mas ele não quis comentar as declarações do presidente do IBGE, anteontem, de que a estabilização da inflação na casa dos 20% é um sonho. "Prefiro que o ministro João Batista de Abreu fale sobre isso."

O ministro Maílson da Nóbrega e William Rhodes acabavam de assinar seis livros com mais de mil páginas e dois quilos, "um pacote histórico", e os repórteres já perguntavam:

— Este acordo é só mais um **band aid?** — perguntou um. — E se o Brasil não cumprir o prometido? — perguntou outro.

Rhodes disse que tinha confiança no Brasil, e consultou o ministro Maílson: "Você quer responder?" "Mais tarde", pediu o ministro. "Às três da tarde, lá no Banco do Brasil."

Na mesa em forma de U, coberta por uma toalha branca, sentaram-se Maílson, William Rhodes, e mais o embaixador Marçilio Marques Moreira; Antônio de Padua Seixas; Elmo de Araújo Camões e Arnim Lore, do Banco Central; Larry Brainard, do Bankers Trust; Leighton Coleman, do Morgan Guaranty; Mike Hunter, do Lloyds, e mais os representantes do Federal Reserve de Nova York, do Citibank e do Banco Chase Manhattan.

A cerimônia de assinatura demorou pouco mais de dez minutos. O ministro leu um pequeno discurso logo após a assinatura. Falou de uma promessa cumprida, lembrando que tinha proposto, ao assumir, em janeiro, uma estratégia dividida em quatro etapas: o acordo com os bancos; um pro-

grama econômico apoiado pelo FMI; o rescalonamento da dívida oficial com o Clube de Paris e adoção de novos mecanismos de mercado para aumentar a entrada de recursos e reduzir o serviço da dívida.

"Concluímos as três primeiras e estamos entrando agora na quarta."

Para o ministro, o pacote representa "uma razoável solução de compromisso: o Brasil obteve um período de amortização de 20 anos, recebeu um considerável volume de novos recursos e reduziu o custo do serviço de sua dívida. O acordo contém também uma série de novos elementos: bônus de saída, de ampla aceitação; a introdução do conceito de salvaguarda; fórmula inovadora para a questão da vinculação com o FMI e a proteção adequada para as reservas brasileiras".

O ministro Maílson da Nóbrega advertiu que será um erro pensar que o pacote representa a solução para o problema da dívida brasileira. "É só um passo na direção", ele disse. "Nosso próximo passo será no sentido de reduzir as transferências de recursos para o Exterior por dois meios: pelo aumento nas entradas de recursos e pela redução no estoque da dívida". Para William Rhodes, "O Brasil tem o potencial de reduzir sua dívida externa com os bancos comerciais em mais de US\$ 18 bilhões entre 1988 e 1993. Além disso, o Brasil vai poupar, aproximadamente, US\$ 3 bilhões com a redução dos juros do pacote."

O ministro defendeu seu pacote, numa entrevista coletiva no Banco do Brasil, antes de partir para Berlim, onde participará da reunião anual do FMI e Banco Mundial.

O ministro revelou que dos 700 credores só cerca de 300 entraram no pacote de US\$ 5,2 bilhões. Isto significa, para ele, uma redução da vulnerabilidade brasileira que existia no processo de negociação. Num momento, ele chamou a debandada de "limpeza necessária". Os 400 retirantes, acrescentou, "não tinham muito que ver com o Brasil, entraram no sindicato dos credores numa época de euforia, e agora perderam algum dinheiro para sair. Pagaram o preço por terem entrado".

Moses Rabinovici, de Nova York



Karen Reutter

Camões, Maílson e Rhodes assinam o acordo: um passo na direção certa.